

“ME SINTO NA OBRIGAÇÃO DE FAZER COM QUE HOMENS HÉTEROS RESPEITEM HOMENS QUE NÃO SEJAM HÉTEROS”: MASCULINIDADES EM DISPUTA NO ATIVISMO ESTUDANTIL

*Leandro Teofilo de Brito**
Universidade Federal do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0002-9123-5280>

RESUMO

Este artigo busca discutir a participação política de jovens estudantes-ativistas que se identificavam com o gênero masculino nos grêmios e coletivos do Colégio Pedro II, instituto federal localizado no Estado do Rio de Janeiro e reconhecido historicamente pelo seu forte ativismo estudantil. Para problematizar as enunciações sobre as masculinidades na pesquisa, são utilizadas as teorizações de Judith Butler, Sirma Bilge, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, entre outros, como também a noção de narrativas de Leonor Arfuch para operacionalizar entrevistas coletivas. Entre os resultados, se fizeram presentes nas enunciações significações que apontavam para hegemonizações parciais e contingentes nas performatizações das masculinidades dos jovens estudantes-ativistas em suas experiências de participação política no colégio, interpretadas pelas ubíquas disputas de sentidos do masculino no social contemporâneo, sobretudo pelas afetações nas intersecções com as categorias raça e orientação sexual.

Palavras-chave: Masculinidades; Juventudes; Diferença; Ativismo; Escola.

ABSTRACT

“I FEEL OBLIGATION TO MAKE STRAIGHT MEN RESPECT MEN WHO ARE NOT STRAIGHT”: MASCULINITIES IN DISPUTE IN STUDENT ACTIVISM

This article sought to discuss the political participation of young student-activists who identified with the male gender in the guilds and collectives of Colégio Pedro II, a federal institute located in the state of Rio de Janeiro and historically recognized for its strong student activism. To problematize the enunciations about masculinities in the research, the theories of Judith Butler, Sirma Bilge, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, among others, are used, as well

* Doutor e Pós-Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFRJ). Graduado em Educação Física e Mestre em Educação pela UFRJ. E-mail: teofilo.leandro@gmail.com

as Leonor Arfuch's notion of narratives to operationalize collective interviews. Among the results, meanings were present in the enunciations that pointed to partial and contingent hegemonizations in the performances of the masculinities of young student-activists in their experiences of political participation in school, interpreted by the ubiquitous disputes of meanings of the masculine in contemporary society, especially by the affectations at intersections with the categories of race and sexual orientation.

Keywords: Masculinities; Youths; Difference; Activism; School.

RESUMEN

“SIENTO LA OBLIGACIÓN DE HACER QUE LOS HOMBRES HETEROS RESPETEN A LOS HOMBRES QUE NO SON HETEROS”: MASCULINIDADES EN DISPUTA EN EL ACTIVISMO ESTUDIANTIL

Este artículo buscó discutir la participación política de jóvenes estudiantes-activistas que se identificaron con el género masculino en los gremios y colectivos del Colégio Pedro II, instituto federal ubicado en el estado de Río de Janeiro e históricamente reconocido por su fuerte activismo estudiantil. Para problematizar los enunciados sobre masculinidades en la investigación se utilizan las teorías de Judith Butler, Sirma Bilge, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, entre otros, así como la noción de narrativas de Leonor Arfuch para operacionalizar las entrevistas colectivas. Entre los resultados, los significados estuvieron presentes en los enunciados que apuntaron hegemonizaciones parciales y contingentes en los desempeños de las masculinidades de jóvenes estudiantes-activistas en sus experiencias de participación política en la escuela, interpretadas por las ubicuas disputas de significados de lo masculino en la sociedad contemporánea, especialmente por las afectaciones en los cruces con las categorías de raza y orientación sexual.

Palabras clave: Masculinidades; Jóvenes; Diferencia; Activismo; Escuela.

Introdução

Entre as escolas públicas de referência no estado do Rio de Janeiro destaca-se o Colégio Pedro II (CPII), um instituto federal reconhecido historicamente pelo seu forte ativismo estudantil. A organização política dos estudantes do CPII é favorecida pela formação crítica e reflexiva presente na instituição, possibilitando o reconhecimento de demandas emergenciais e contemporâneas da sociedade quando comparada a outras instituições de ensino em que se produzem engajamentos políticos estudantis.

Para exemplificar tal afirmação, a mobilização nomeada como *saiato* trouxe mudanças significativas na instituição no que diz respeito

às discussões sobre gênero e sexualidade. Essa mobilização ocorreu quando, no campus São Cristóvão III, em 2014, um estudante circulou vestindo a saia do uniforme escolar e foi interpelado pela direção a retirá-la, pois a única opção até então de uniforme para os meninos seria a calça. Saindo em defesa do colega, outros estudantes, dias depois, mobilizaram um *saiato* (saia + ato), com destaque para os meninos, que foram à escola vestindo saia (BRITO; PONTES, 2014; SCHULTZ, 2023). O *saiato* foi um acontecimento importante na instituição, marcando a criação e o desenvolvimento de coletivos estudantis feministas e LGBTI+ em

seus diferentes campi, assim como a publicação da portaria¹ que extinguiu a divisão por gênero no uniforme escolar.

Dois anos depois, em 2016, demandas relacionadas às questões de gênero e sexualidade ganharam destaque nas ocupações das escolas do Estado do Rio de Janeiro – o CPII também teve uma ocupação de estudantes em seus campi nesse mesmo ano –, por meio da frequência com que as temáticas figuravam nas notícias que os próprios estudantes-ativistas divulgavam nas redes sociais (LEITE, 2017a). Tal fato configurou interesse de pesquisa sobre os temas no coletivo em que me inseria como pesquisador, o Grupo de Estudos sobre Diferença e Desigualdade na Educação Escolar da Juventude (DDEEJ), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd-UERJ), sob coordenação da Professora Doutora Miriam Soares Leite.

Assim, foi realizada no CPII, em 2019, a pesquisa intitulada Abordagem Interseccional da Diferença na Educação Escolar da Juventude: questões teórico-político-pedagógicas no contexto do ativismo estudantil contemporâneo; a pesquisa focalizou o ativismo estudantil e o atravessamento das questões de gênero e sexualidade na instituição. No contexto dessa pesquisa, desenvolvi o projeto de pós-doutorado Sentidos da Masculinidade na Participação Política de Jovens Estudantes da Educação Básica, que buscou discutir a participação política de jovens estudantes-ativistas que se identificavam com o gênero masculino nos grêmios e coletivos do CPII.

Destaco algumas questões que orientaram essa focalização de pesquisa: como o ativismo estudantil no CPII afeta os sentidos das masculinidades circulantes na instituição? Como afeta os estudantes-ativistas no tocante à significação das masculinidades? Quais são as especificidades das questões das masculinidades no que se refere à identificação

etária dos estudantes? Os coletivos feministas permitem a participação e a parceria de estudantes que se identificam com o gênero masculino em suas demandas e pautas? Os coletivos LGBTI+ permitem a participação e a parceria de meninos estudantes que se identificam como cisgêneros e heterossexuais em suas demandas e pautas?

Para problematizar as enunciações sobre as masculinidades no ativismo estudantil, bem como a intersecção das categorias masculinidade e juventude, além da integração de outras identificações, busco fundamentação numa perspectiva teórico-política da diferença. As teorizações de Jacques Derrida, Judith Butler, Sirma Bilge e Ernesto Laclau, entre outros acerca dos processos sociais de significação e identificação permitiram a construção de princípios e operadores de pesquisa que apresento na próxima seção.

Masculinidades e juventudes por uma perspectiva teórico-política da diferença

Reconhecendo os efeitos da linguagem na constituição de realidades e dos sentidos sociais, Derrida (1991) e Butler (2021) postulam a linguagem textual e falada como performativa, isto é, a capacidade da linguagem de produzir efeitos de realidade e, assim, participar das construções de sentidos em circulação na sociedade. O autor e a autora articulam à performatividade da linguagem a noção de iterabilidade, que diz respeito à impossibilidade da repetição dos sentidos em plenitude, pois, ainda que haja a tentativa de estabilizar as significações das normas que são reiteradas pela linguagem, a alteridade, os jogos de poder e as contingências de nossas múltiplas experiências ressignificam os espaços-tempos dessa repetição. De acordo com Butler (2021, p. 247), “os performativos fracassam porque, segundo Derrida, eles devem fracassar, essa é uma condição de sua iterabilidade”.

1 A portaria está disponível em: <https://bit.ly/34xW01A>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Por esse caminho, Butler (2022) entende o gênero como performativo, isto é, a repetição das normas por meio de falas, atos e gestos instituídas por uma matriz heterossexual buscam estabilizar nos nossos corpos sentidos do masculino e do feminino dentro de um modelo binário, inteligível e supostamente coerente com a premissa sexo-gênero-desejo. Entretanto, esse é um processo contingente e precário, pois “dizer, no entanto, que o gênero é performativo não é apenas insistir no direito de produzir um espetáculo prazeroso e subversivo, mas alegorizar maneiras espetaculares e consequentes por meio das quais a realidade é reproduzida e contestada” (BUTLER, 2022, p. 57-58).

Pensar as masculinidades por meio da teorização da performatividade de gênero permite o reconhecimento dos disputados processos de identificação e significação do masculino, performatizados nos diversos contextos sociais. Tais processos se distanciam de qualquer naturalização e/ou essencialização da identidade, pois as performatizações das masculinidades assumem um movimento contínuo de adiamento de qualquer sedimentação definitiva dos processos de identificação e significação dos sentidos do masculino (BRITO; LEITE, 2017).

Nessa direção, interessa, para a pesquisa com os jovens estudantes-ativistas do CPII, identificar as hegemonizações² dessas masculinidades que são performatizadas no ativismo que se desenvolve no espaço escolar. Assim, trago o pensamento pós-fundacional do cientista social argentino Ernesto Laclau. Para esse autor, práticas discursivas são importantes para (re)leitura do conceito de hegemonia, reconhecendo a existência de fundamentos parciais e contingentes, marcados por instabilidades de sentidos nas hegemonizações contemporâneas. Assim, a hegemonia é um processo contingente no qual um sentido particular assume tempo-

rariamente a representação de uma totalidade ou de uma dada verdade. A realidade social é tida como um campo discursivo concebido num jogo infinito de diferenças, ou seja, é um espaço no qual as identidades disputam seu estabelecimento. Quando uma dessas identidades se fixa, emergem outras articulações discursivas que a desestabilizam por meio de um jogo de infinitas disputas antagônicas que constituem o social (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Um sentido de masculinidade “hegemonizado” ou uma “masculinidade hegemônica” presente em “dado contexto” se dá por meio das disputas antagônicas entre distintas masculinidades em suas relações de diferença e equivalência. Assim, uma particularidade entre esses sentidos assume uma dada “universalidade”, que seria provisória, contingente e reversível, pois participaria desse jogo de disputas que, para o pós-fundacionalismo, é infundável na ordem social.

Só quando o caráter aberto, não saturado do social é totalmente aceito, quando o essencialismo da totalidade e dos elementos é rejeitado, é que este potencial torna-se claramente visível e a “hegemonia” pode vir a constituir-se numa ferramenta fundamental de análise política de esquerda (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 283).

Apostando nessa leitura antiessencialista, a noção de performatividade também é produtiva para se pensar a categoria juventude. Conforme Leite (2014; 2017a; 2017b), a juventude como identificação performativa não está atrelada a faixas de idade específicas ou a quaisquer características intrínsecas, sejam da ordem da biologia ou da cultura – como irresponsável, hedonista e alienado –, comumente atribuídas ao sujeito jovem na sociedade e que produz efeitos para corroborar o desengajamento político dessa identificação em variadas esferas da sociedade, especialmente na escola. Nas palavras da autora: “existem as práticas reguladoras da coerência da idade que, ‘performativamente’, dicotomizam e hierarquizam a criança/adolescente/jovem relativamente ao adulto” (LEITE, 2014, p. 148).

2 Neste artigo, a enunciação “hegemonização” será distinta da teorização da masculinidade hegemônica de Raewyn Connell e para aprofundamento desse debate sugiro as leituras de Brito (2021a, 2022b).

Outro autor, Pochay (2011), aponta que o dispositivo da idade atravessa as questões de gênero e de sexualidade na contemporaneidade, pois as biopolíticas que cercam a articulação entre essas categorias produziram um conjunto mais ou menos heterogêneo de objetivação que controla, normatiza e regula as subjetividades dos sujeitos. Nesse sentido, defende a ideia de que a idade pode ser pensada como uma categoria política, histórica e contingente, assim como são gênero, sexualidade, raça e classe social, e de que, performativamente, se constitui enquanto sistemas discursivos complexos.

O que significa dizer que a idade organiza a vida, ao conferir *status* de “humanidade”, em diferentes formas e condições político-culturais no mesmo instante em que gênero e sexualidade tornam-se visíveis e possíveis nessa trama discursiva (ao fixar as possibilidades para cada idade da vida). Essa é uma das tramas presentes no projeto moderno (POCAHY, 2011, p. 206-207).

A integração das identificações da masculinidade e da juventude, além de outros atravessamentos da diferença que podem emergir no contexto da pesquisa com os jovens estudantes-ativistas, será discutida pela proposição da abordagem interseccional. Tomando como referência a teórica feminista canadense Sirma Bilge, reconhece-se que não se trata de um mero somatório de opressões, mas de uma abordagem integrada que articula categorizações da diferença que emergem e interpelam os relatos dos sujeitos (BILGE, 2009). Nesse sentido, a interseccionalidade se mostra uma abordagem analítico-política potente para a problematização de diferentes atravessamentos identitários em redes de poder e suas complexidades na produção da diferença e na reprodução das desigualdades sociais.

A interseccionalidade reflete a teoria transdisciplinar que busca compreender a complexidade das identidades sociais e desigualdades através de uma abordagem integrada. Tal teoria refuta a compartimentação de hierarquização dos grandes eixos de diferenciação social através das categorias de gênero/sexo, classe, raça, etnia, deficiência e orientação sexual (BILGE, 2020, p. 239).

Na sequência, apresento os caminhos para a produção de narrativas com os jovens estudantes-ativistas no contexto da pesquisa no CPII e discuto sua operacionalização.

Narrativas

Foram produzidas narrativas com jovens estudantes-ativistas de dois *campi* do CPII - São Cristóvão II e III (segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio, respectivamente) e Niterói (ensino médio) - entre os meses de setembro e dezembro de 2019³. As narrativas foram produzidas por meio de entrevistas coletivas, que tiveram a participação de 35 meninos e meninas integrantes dos grêmios e/ou dos coletivos feministas e LGBTI+.

Para a produção dessas narrativas, foram considerados os princípios da cientista social argentina Leonor Arfuch. A pesquisadora nomeia como “espaço biográfico” um local de múltiplas narrativas, que contam, de diferentes modos, histórias e/ou experiências de vida, um universo de gêneros discursivos, que delimitam um território composto pela “trajetória individual sempre em busca de seus acentos coletivos” (ARFUCH, 2010, p. 15). O espaço biográfico é expressado, conforme a autora, por entrevistas, conversas, testemunhos, histórias de vida, relatos de autoajuda e anedotários, entre outros.

Nas últimas décadas, segundo Arfuch (2010), produziu-se um notável quantitativo de metodologias qualitativas e, em particular, dos chamados métodos biográficos, que direcionam-se para a produção narrativa de relatos de vida, num leque disciplinar de interseções múltiplas com as áreas de Antropologia; Linguística; Etnologia; Sociologia; Estudos Culturais; História; História Oral e História das Mulheres; entre outras, cujas diferentes técnicas de trabalho de campo geram artefatos discursivos ou textuais não muito diferentes um do outro.

³ A autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) está sob o número 3.450.244.

Destaca-se, entre os métodos biográficos enunciados por Arfuch (2010), a entrevista, que se configura como um gênero predominante e tradicional na comunicação midiática e na pesquisa acadêmica das ciências humanas e sociais, em que se atribui como interesse central o interesse na voz e na experiência dos sujeitos, com ênfase testemunhal. Entretanto, Arfuch (2010) defende como mais produtiva na operacionalização de entrevistas na pesquisa acadêmica a incorporação de “uma teoria de sujeito que considere seu caráter não essencial, seu posicionamento contingente e móvel nas diversas tramas em que sua voz se torna significativa” (p. 31-32).

Considerando tais proposições, a autora também enuncia como potente a forma dialógica e alteritária para operacionalização de entrevistas. Nesse contexto, o diálogo entre o sujeito entrevistador e os sujeitos entrevistados possibilita um tipo de “autoria conjunta, indissociável da cena de interação, da subjetividade colocada em jogo” (ARFUCH, 2010, p. 241). Desse modo, os princípios colocados pela cientista social argentina desconstruem os métodos de entrevista próximos às perspectivas positivistas para pensar num horizonte acadêmico de operacionalização de produção de narrativas de modo que a diferença seja reconhecida e esteja no centro do processo de pesquisa, que é múltiplo, conjunto e compartilhado entre os sujeitos.

Neste artigo, discuto enunciações de quatro estudantes que participaram das entrevistas coletivas: um estudante do *campus* São Cristóvão II; dois estudantes do *campus* São Cristóvão III; e um estudante do *campus* Niterói, todos participantes dos grêmios. Os coletivos feminista, LGBTI+ e negro dos *campi* São Cristóvão estavam em recomposição no período da pesquisa após um período sem atividades, diferente do *campus* Niterói, que possuía atividades desses coletivos. Outro ponto a ser ressaltado no contexto da pesquisa é que os grêmios e coletivos dos dois *campi* pesquisados tinham como destaque a organização e o pro-

tagonismo das meninas frente aos meninos em suas diversas ações. Problematizo trechos das entrevistas com os jovens estudantes-ativistas na próxima seção.

Masculinidades em disputa no ativismo estudantil

O primeiro trecho que apresento para problematização é do jovem que se nomeia, de forma fictícia, como Hugo; tinha 15 anos, branco, estudante-ativista do 9º ano do ensino fundamental no *campus* São Cristóvão II:

Valéria⁴: Então quer dizer que acontece de vocês, dos meninos, por exemplo, serem solidários mesmo sem se identificarem como LGBTs, digamos, de ser solidários às pessoas LGBTs, às meninas, às pautas feministas, às pautas LGBTs e também das construções que os meninos do grêmio estão fazendo sobre a masculinidade, de conversarem sobre machismo, essa solidariedade entre vocês é uma coisa que acontece, então?

Hugo: Sim; eu, por exemplo, fui na parada LGBT e foi divertido até, e é algo que a gente tem que fazer, sabe? Eu, como homem hétero, assim, eu me sinto na obrigação de fazer com que homens héteros respeitem homens que não sejam héteros, sabe? Por que é necessário, é como a própria luta contra o machismo, não tem como só as mulheres lutarem contra o machismo, tem que ser a sociedade lutando contra o machismo, não tem como só os negros lutando contra o racismo, tem que ser a sociedade lutando contra o racismo, não tem como só os LGBTs lutarem contra a LGBTfobia, tem que ser a sociedade lutando, sabe? Então é isso!

Hugo narrou a importância do apoio às demandas feministas, LGBTI+ e raciais que emergiam no colégio, independentemente de sua identificação como homem branco e heterossexual. Concordo com Butler (2018) na afirmação de que as lutas por direitos sociais são lutas plurais e, desse modo, não é produtiva, para a ampliação dessas lutas, a presença apenas de determinadas identidades – comu-

⁴ A pesquisadora Valéria Lopes Peçanha, participante do DDEEJ, esteve presente na condução da entrevista cujo trecho é destacado e problematizado.

mente aquela identidade que compartilha algo e/ou características em comum, tal como uma demanda feminista ser reivindicada apenas por mulheres – pois, nas palavras da autora, “já é um movimento social, que depende mais fortemente das ligações entre as pessoas do que de qualquer noção de individualismo” (p. 75).

A teórica feminista aqui defende o que nomeia “política de coligação”, que diz respeito à aliança entre sujeitos que não necessariamente compartilham uma dada vulnerabilidade social e que, mesmo em meio aos antagonismos e às diferenças de suas existências e experiências, se unem em prol de uma demanda que pode ser benéfica para a sociedade em geral: “de fato, não ‘conhecemos’ totalmente a posição do outro, e esse não saber não é um problema. Isto é, em minha opinião, uma diferença motivadora e inevitável na base da qual fazemos aliança e coligação” (BUTLER, 2017, p. 34).

Na enunciação de Hugo, que caminha para a tentativa de coligação com as demandas dos grupos feministas, LGBTI+ e raciais em sua participação política no grêmio, problematizo a tensão que circula sobre assumir tal posição no ativismo. Trago para essa discussão Azevedo, Medrado e Lyra (2018), que destacam o paradoxo que existe entre homens que apoiam, por exemplo, os movimentos de mulheres. A autora e os autores apontam que, desde o século XIX em nosso país, pode-se observar como a relação entre homens e os movimentos feministas vem se complexificando, pois, se existem hoje homens que se definem como aliados do feminismo ou pró-feministas, que seria uma forma de identificação que “preserva” certa zona de conforto na relação com o movimento de mulheres, existem também grupos de homens que reivindicam uma identidade política feminista, posição em que a tensão é mais forte.

Pelo mesmo caminho das enunciações de Hugo, no *campus* de Niterói, o jovem estudante-ativista Cuca, 16 anos, autoidentificado como pardo e bissexual, relata as tensões sobre o apoio de meninos heterossexuais às demandas LGBTI+ no espaço escolar:

Leandro: O lugar de fala afeta, por exemplo, quando um menino hétero que seja seu amigo aqui e de repente apareceu uma demanda LGBT, mas ele fala “poxa, mas eu não posso porque eu não sou *gay*”, de repente um menino que quer apoiar vocês, aí de repente se limitam... como vocês veem isso? Ou de repente uma luta racial aqui dentro, uma pessoa branca se inibe, “poxa será que eu devo apoiar?” Como vocês veem isso? Na questão do lugar de fala e lugar de escuta que você citou.

Cuca: Tenho muitos amigos héteros, que, aliás, é uma coisa muito nova, amigos héteros é uma coisa do Pedro II, eu não tinha antes. O Pedro II me deu esse negócio, não tinha amigo hétero e não andava com homens, sempre andei com as meninas, porque é espaço seguro, né, a gente não se sente seguro como menino afeminado perto de homens héteros. E o Pedro II mudou isso na minha vida, graças a Deus, e esses meninos, apesar de não entenderem totalmente minha vivência, nem entenderem completamente nem o que eu sou – porque dá pra ver claramente que eles estão confusos –, por mais que eu não seja uma pessoa que precise ser defendida o tempo todo, porque tenho minha voz e falo por mim mesmo, toda vez que tem qualquer ameaça de alguma coisa de repressão contra mim eles se levantam e falam, entende? Eles me defendem mesmo não me entendendo totalmente e mesmo não entendendo a vivência da comunidade. Eles sabem que não é lugar deles de falar e de explicar, eles sabem o momento de sentar e escutar, quando eles têm uma dúvida eles vêm e perguntam, acredito que eles também ajam assim com as outras pautas, mas, quando chega o momento de defender, eles não se escondem por não ter o lugar de fala, eles defendem!

Cuca relatou a parceria sobretudo de meninos que se identificavam como heterossexuais às lutas LGBTI+ no espaço escolar, criando nele forte senso de pertencimento e identificação como estudante do CPII e a abertura de novas possibilidades de se relacionar com outros meninos por meio das relações de alteridade construídas. Nesse contexto, Butler (2017; 2018) e Laclau e Mouffe (2015) são defensores do que nomeiam como “democracia radical”, que, em linhas gerais, diz respeito à superação das lutas individuais por uma luta coletiva na sociedade,

implicando o rompimento das alianças com qualquer fundamento essencialista.

Para Butler (2017), as lutas contra a precarização da vida num contexto de democracia radical perpassam viver, conviver e se comprometer com a diferença, com aqueles a quem nunca escolhemos estar vinculados por obrigações e/ou com aqueles que não são totalmente reconhecíveis para nós. Segundo ela, a posição assumida em prol de uma democracia é aquela em que me volto ao reconhecimento de sua diferença, ainda que sua identificação me seja estranha ou não compreensível, pois, ao viver em uma democracia radical com minorias sexuais e de gênero, “devemos honrar nossas obrigações para com que aqueles que desafiam nosso modo de ver, quem nos demanda entender o domínio da vida humana, da sexualidade humana, do desejo, do amor” (p. 41).

Nesse contexto, as performatizações das masculinidades dos jovens estudantes-ativistas Hugo e Cuca caminhavam em direção aos sentidos da noção de democracia radical.

O discurso da democracia radical não é mais o discurso do universal; o nicho epistemológico de onde falavam classes e os sujeitos “universais” foi erradicado e substituído por uma polifonia de vozes, cada uma construindo sua própria identidade discursiva irreduzível. Este ponto é decisivo: não existe democracia radical e plural sem que se renuncie ao discurso do universal e seu pressuposto implícito de um ponto privilegiado de acesso a “verdade”, somente atingido por um número limitado de sujeitos (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 282).

Este artigo não tem como objetivo chegar a uma definição sobre os homens serem feministas ou pró-feministas e sobre a validade de homens brancos, heterossexuais e cisgêneros vincularem-se aos movimentos LGBTI+ e negro, mas de reconhecer que a enunciação de apoio às lutas relacionadas às suas pautas e demandas se fazia presente entre as ações dos grêmios e dos coletivos do CPII como um todo, independente das identidades dos sujeitos. No caso dos meninos, pode-se interpretar como uma masculinidade que se performatizava co-

letivamente entre outros jovens estudantes-ativistas, hegemonzando sentidos do masculino que se direcionavam para a parceria com os coletivos e em apoio às demandas de gênero, sexualidade e raça na instituição.

Outro jovem participante das entrevistas, que se nomeia Fidel, 16 anos, pardo e estudante-ativista do *campus* São Cristóvão III, relata o paradoxo de se identificar como homossexual e o seu lugar ocupado dentro do ativismo:

Leandro: E sua participação no ativismo? Afetou você olhar para as questões de machismo, homofobia, racismo... me diga aí, Fidel.

Fidel: Ah, sim. Porque, assim, eu sou *gay*, então eu sempre tive uma moral diferenciada, até mesmo dentro da masculinidade, porque eu não vou me comportar como um homem hétero. E dentro do movimento estudantil você vê muitos homens héteros, mas você não vê homens *gays* nos movimentos de militância, você vê pouquíssimos. Tanto que você vê até uma rejeição do homem *gay* à militância, uma rejeição muito grande. Isso é um exemplo que eu falo, que não gosto de *gays* por causa disso. Eu falo “eu odeio *gays*” porque eles rejeitam esse espaço, rejeitam muito esse conhecimento. No grêmio sou eu e eu, várias meninas lésbicas e eu *gay* sozinho.

Leandro: Você acha então que falta uma politização do garoto *gay*, do homem *gay* na militância, que é ocupado pelo homem heterossexual?

Fidel: Falta, falta! Eu acho que sim, porque você vê um espaço de hegemonia hétero, aí você vê um menino *gay* e você pensa nessa situação – “esse espaço não é pra mim” –, aí você vai rejeitar, aí você vai criar um espaço de rejeição. Tanto que você vê no meio social uma rejeição muito grande do *gay* à política. Você vê uma despolitização muito grande das pautas LGBTs e quando acontece é sempre com viés bem liberal, tipo Parada LGBT, circuito da tenda, festa, rave... então você vai ver o LGBT rejeitar a militância e abraçar essa coisa da liberdade dele, do liberalismo. Então, assim, quando eu entrei no movimento estudantil não me afetou tanto porque eu já fui criado nesse meio mais de militância, meu pai e minha mãe desde que eu era pequeno iam a atos. Mas eu percebi uma solidão de que era só eu. Inclusive isso interfere até na forma de lidar com os meninos, porque eu falo “eu vou ficar sozinho porque eu sou muito

inteligente pra esses alunos *gays*, porque eles não têm a mesma mente que eu”. Tanto que eu não consegui falar aqui abertamente que eu sou *gay*, porque eram outros mundos. Enquanto eu estou querendo estudar Marx, Foucault, cheio de livros, assim, e ‘tão eles querendo falar de divas pop. Eu me sentia perdido, me sinto meio perdido. Tanto que ontem falei assim: “estou entrando no celibato, não quero nem saber, não quero mais me comunicar, esse mundo não é pra mim”.

O relato de Fidel destaca o desinteresse de participação no movimento político estudantil que ocorria entre estudantes *gays* do campus São Cristóvão III, apontando certa despoliticização desses jovens e o seu desinteresse sobre as questões para que esses jovens se voltavam, como festas e cantoras pop, entre outras. Ainda que a diferença se faça presente entre as masculinidades e, no relato de Fidel, entre as performatizações das masculinidades não heterossexuais no espaço escolar, isto é, na heterogeneidade interna da categoria masculinidade, pode-se interpretar como uma crítica do jovem estudante-ativista a uma suposta “homonormatividade”.

O termo homonormatividade descreve e critica os meios pelos quais algumas formas de homossexualidade “assimiladas” se tornaram elas mesmas normativas e incorporadas dentro da mesma lógica da heteronormatividade. Um processo de mudança social, legal e política de vida de pessoas não heterossexuais articulado ao neoliberalismo e, nesse caminho, um estilo de vida *gay*, perpassado pela economia e pelo consumo, performativamente reforçado pela mídia, torna-se norma na imposição de que todas as pessoas se enquadrem nesse modelo (BROWN, 2013). Entretanto, é necessário cuidado para que suas críticas, considerando as enunciações de Fidel, não reconfigurem um caminho que levará a outras tendências da vivência não heterossexual como unidimensionais, pois “há duas maneiras diferentes de fazer a leitura do panorama da vida *gay* contemporânea: uma leitura para a hegemonia, a outra para a diferença, diversidade e especificidade

geográfica. Essas duas leituras têm diferentes efeitos performativos” (BROWN, 2013, p. 127).

As disputas em torno dos sentidos atribuídos às masculinidades em circulação no *campus* São Cristóvão III destacadas por Fidel se confirmavam sobretudo quando a participação dos meninos na organização era menor frente às meninas no grêmio e nos coletivos, assim como no desinteresse pelo ativismo de jovens estudantes que não se identificavam como heterossexuais. A hegemonização da masculinidade que se performatizava nesse *campus* caminhava para interesses diversos dos meninos, que se afastavam da participação política mais tradicional.

Cabe retomar Butler (2018, p. 77) nesta discussão quando a autora afirma que a diversidade existente dentro da população de minorias sexuais e de gênero pode ser um entrave na formação de alianças voltadas às lutas por direitos, pois as pessoas são oriundas de contextos diversos afetados por classe, raça, religião e cultura, e inegavelmente as subjetividades produzidas podem impactar esse processo:

As alianças que têm se formado para exercer os direitos das minorias sexuais e de gênero devem, na minha visão, formar ligações, por mais difícil que seja, com a diversidade de sua própria população e todas as ligações que isso implica com outras populações sujeitas a condições de condição precária induzida no nosso tempo.

Outro jovem estudante-ativista do *campus* São Cristóvão III se chama Lyra, 18 anos, se identifica como negro e homossexual. No trecho que trago para problematização, ele relata as intersecções da masculinidade e da raça em sua participação no ativismo estudantil:

Leandro: E sobre as suas vivências aqui... Você é um menino que participa do grêmio, é ativista... A questão da sua masculinidade atravessada pela raça... tem alguma coisa que te afeta aqui dentro, que você perceba... seja pelo lado positivo pelo lado negativo, como é que você vê isso?

Lyra: Ah, acho que é basicamente pela questão de ser homem negro, de se ver diferente daquela figura que é o masculino tradicional, que tem que ter poder, que a gente tem que ter protago-

nismo, que a gente tem que buscar estar à frente dos outros, mas quando é homem negro isso conta tanto frente a homens e mulheres brancos, em que a fala deles é priorizada...

Leandro: Até uma menina branca tem mais poder de fala do que você aqui?

Lyra: É, e eu acabo sentindo isso, não só no grêmio, mas também das outras pessoas e da instituição também... mas é o que eu falei, o colégio ainda não está a salvo da reprodução das estruturas de opressão da sociedade, então, quando acontece alguma coisa, às vezes, assim, uma conversa, um debate mais acalorado, a minha fala é menosprezada caso eu esteja falando com um menino ou com uma menina branca.

Lyra destaca a raça como eixo de opressão que marca suas vivências como ativista no grêmio, apontando que se sente deslegitimado em alguns momentos por ser negro. No relato do jovem estudante-ativista, a raça se sobrepõe ao gênero quando enuncia que sua fala é menosprezada até pelas meninas brancas. Formas particulares de opressão emergem por meio de múltiplas fontes de poder e de privilégios, produzindo intersecções específicas e não previstas inicialmente numa análise (BILGE, 2020), isto é, processos de subjetividades advindos das posições de poder desiguais e que contingencialmente emergem nos contextos de pesquisa.

Por esse mesmo caminho, Crenshaw (2002) destaca que a discriminação racial é recorrentemente marcada pelo gênero, entendendo que mulheres vivenciam discriminações e segregações de modo diverso dos homens, pois a incorporação do gênero põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pelo racismo e por outras intolerâncias correlatas. Avançando nesse debate, a autora também aponta que homens racialmente subordinados também estão suscetíveis a variadas opressões, pois “uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas e, ocasionalmente, também de homens marginalizados” (p. 178).

Outra interpretação possível para o silenciamento vivido por Lyra de parte dos estudantes brancos são os efeitos performativos criados no imaginário social sobre o homem negro, tal como a incompletude intelectual, que criou realidades de deslegitimação da masculinidade negra não só nos espaços escolares, mas na sociedade. Nas palavras de hooks (2022):

Quando um homem negro pensava demais, e passaria a ser visto como uma ameaça pelo mundo racista, não havia correlação entre a habilidade de pensar, de processar ideias, e o nível de escolaridade de uma pessoa. Em um mundo onde um homem negro inteligente corria o risco de ser punido, homens negros bem-educados aprenderam a atuar como se não soubessem nada (p. 89).

Cabe problematizar que o jovem estudante-ativista levanta um ponto complexo em sua fala relacionado ao fato de que, mesmo com o CPII sendo uma instituição historicamente forte no ativismo estudantil, pautando o reconhecimento das demandas de gênero, sexualidade e raça, situações que mobilizam as categorias da diferença em vivências de experiências negativas, como o silenciamento de uma pessoa negra, ainda estão presentes em seus espaços.

Considerações

Buscou-se com esta pesquisa discutir a participação política de jovens estudantes-ativistas que se identificavam com o gênero masculino nos grêmios e coletivos do CPII, focalizando questões diversas sobre a circulação dos sentidos das masculinidades no espaço escolar e nas ações dos meninos no ativismo estudantil.

Entre os resultados, se fizeram presentes nas enunciações significações que apontavam para hegemonizações parciais e contingentes nas performatizações das masculinidades desses jovens estudantes-ativistas em suas experiências de participação política no colégio, interpretadas pelas ubíquas disputas de sentidos do masculino no social contemporâneo, sobretudo pelas afetações nas intersecções

com as categorias raça e orientação sexual.

Por fim, aponto que as masculinidades performatizadas pelos jovens estudantes-ativistas do CPII podem ser um caminho para a ressignificação de modos outros de ser homem não só na instituição, mas como um horizonte por vir nas lutas antirracistas a favor da igualdade de gênero e do reconhecimento das identificações LGBTI+ na sociedade, que é favorecida por essa abertura à participação política na escola.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2010.

AZEVEDO, Mariana; MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Homens e o Movimento Feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 54, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/xdt6YwKxhCtkpskQHwBY3Qv/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BILGE, Sirma. Panoramas recentes do feminismo na interseccionalidade. **Escritas do Tempo**, Marabá, v. 2, n. 6, p. 238-256, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1525>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BILGE, Sirma. Smuggling intersectionality into the study of masculinity: some methodological challenges. FEMINIST RESEARCH METHODS: AN INTERNATIONAL CONFERENCE, 2009, Stockholm. **Anais...** Stockholm: 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/235051/Smuggling_Intersectionality_into_the_Study_of_Masculinity_Some_Methodological_Challenges. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRITO, Leandro Teofilo de. Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 29, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cNwyVKFqHbkqkrb3kcbsvQc/>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRITO, Leandro Teofilo de; LEITE, Míriam Soares. Sobre masculinidades na Educação Física escolar: questões teóricas, horizontes políticos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, p. 481-500, mai./

ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8812>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRITO, Leandro Teofilo de; PONTES, Vanessa Silva. ‘Saiato’ no Colégio Pedro II: o gênero performativo e os processos de inclusão/exclusão em debate. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2014. **Anais...** Campina Grande - PB. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/9319>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRITO, Leandro Teofilo de. Por uma perspectiva pós-fundacional para os estudos sobre homens e masculinidades na Educação Física. In: DEVIDE, Fabiano Pries.; BRITO, Leandro Teofilo de (Orgs.). **Estudos das masculinidades na Educação Física e no Esporte**. São Paulo: nVersos, 2021, p. 63-81.

BROWN, Gavin. Pensando além da homonormatividade: explorações performativas de economias gays diversificadas. **Revista latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 125-138, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rllagg/article/view/4362>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerra. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 11, n. 16, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12530>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CRENSHAM, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

DERRIDA, Jacques. **Limited inc**. Campinas: Papirus, 1991.

HOOKS, bell. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante, 2022.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e**

estratégia socialista. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEITE, Miriam Soares. Ativismo político e juventude: catracas na escola e na cidade para os jovens mais jovens. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 26, n. 49, p. 169-185, 2017b. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/4028/2548>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LEITE, Miriam Soares. No “Colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações. **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, p. 23-47, jan./mar. 2017a. Disponível em: . Acesso em: 15 jun. 2023.

LEITE, Miriam Soares. Performatividade: inscrições, contextos, disseminações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 141-165, 2014. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-3092014000100008&script=sci_abstract&tlng=pt)

[3092014000100008&script=sci_abstract&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-3092014000100008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 15 jun. 2023.

POCAHY, Fernando. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 195, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3CcqZlF>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SCHULTZ, Victor Brandão. Uniforme escolar e diversidade de gênero: uma política de inclusão. In: CARMO, Ana Carolina Rigoni (Org.). **Colégio Pedro II 185 anos: diálogos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Imperial, 2023, p. 100-115.

Recebido em: 29/08/2023
Aprovado em: 18/10/2023

Artigo revisado por Alexandre Rodrigues Alves



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.